



JOÃO RIBEIRO E A FILOSOFIA NO BRASIL TEORIA E PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A HISTÓRIA UNIVERSAL (1892-1932)

GLEIDE SELMA MOREIRA DE ALCÂNTARA

EIXO: 19. EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

JOÃO RIBEIRO E A FILOSOFIA NO BRASIL TEORIA E PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A HISTÓRIA UNIVERSAL (1892-1932)

GLEIDE SELMA MOREIRA DE ALCÂNTARA[]

Educação e Ensino de Ciências Humanas e Sociais

RESUMO

Este texto analisa as ideias e práticas do historiador brasileiro João Ribeiro a respeito do seu entendimento sobre filosofia, história e filosofia da história. Os resultados indicam que João Ribeiro compreende a história como ciência cujo objeto é constituído pelas ações sociais sendo sua cientificidade fundada em leis universais. Como fontes básicas são empregados os artigos “*A filosofia no Brasil*” (1917), o ensaio “*A ciência na história*” (1894) e o escrito didático “*História universal*” em versões publicadas em 1918, 1924 e 1932, submetidos às estratégias de exegese e hermenêutica. A análise comparativa das obras do historiador com a obra *post mortem* “*Filosofia da História*” (1837) do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, permite inferir que sua historiografia didática narra acontecimentos que fundamentam uma filosofia da história.

Palavras-Chave: Filosofia brasileira. História. João Ribeiro.

ABSTRACT

This paper analyzes the ideas and practices of the Brazilian historian João Ribeiro about his understanding of philosophy, history and philosophy of history. The results indicate that João Ribeiro understands history as science whose object is made up of social action and its scientific founded on universal laws. As basic sources are employed articles “*Philosophy in Brazil*” (1917), the essay “*The science in history*” (1894) and the didactic writing “*Universal history*” in published versions in 1918, 1924 and 1932 submitted to the strategies of exegesis and hermeneutics. The comparative analysis of historian works with the post-mortem work “*History of Philosophy*” (1837) the German philosopher Georg Wilhelm Friedrich Hegel, can be inferred that its didactic historiography narrates events that establish a philosophy of history.

Keywords: Brazilian Philosophy. History. João Ribeiro.

INTRODUÇÃO

Como fio condutor dessa pesquisa foi eleita a obra do historiador e filósofo brasileiro João Ribeiro. Para alcançar o objetivo deste artigo a escrita assumiu os seguintes passos: identificar os estudos e os objetos de pesquisa referentes a obra do historiador sergipano, estipular o que se entende por filosofia, história, filosofia da história e teoria da história nesta investigação e indicar os elementos constituintes que remetem a uma filosofia da história na história universal de João Ribeiro.

Evidentemente, este não é o primeiro trabalho sobre o pensamento “filosófico” e a escrita didática de João Ribeiro. Mas é o primeiro que tenta unir esses dois domínios de investigação. O comum, na literatura corrente, dos últimos oito anos, tem sido entender João Ribeiro como um renovador em termos de apropriação de teoria da história e de inovador no que diz respeito à arquitetura da informação da historiografia didática, como pode-se concluir a partir da síntese de alguns dos principais trabalhos que tratam da obra do pensador sergipano.

Entre os que entendem João Ribeiro como um teórico inovador está Patrícia Hansen (2000). Ela afirma que o historiador laranjeirense adota pedagogias diferenciadas para a formação do professor e a ideia de formação do cidadão. A pedagogia destinada à formação do professor traz como recursos o método de organização dos conteúdos e a utilização de tipos gráficos (letras) com duas dimensões: o maior, descritivo, factual, destinado à leitura do aluno; o menor, explicativo, causal, crítico, dirigido ao trabalho do professor e (de forma direta ou indireta) ao aluno, ensejando mais um movimento de autonomia desse campo disciplinar, tanto com relação à literatura quanto em relação à tutela exercida pelo Estado. Tratando-se da ideia de “formação do cidadão” nos diz Freitas (2003) que para tal consecução era necessário preparar uma elite formativa para submeter e direcionar o povo cuja “psicologia” era vista pelo historiador como responsável pela desmoralização que grassava o país.

Pode-se dizer que as pedagogias diferenciadas de João Ribeiro decorrem da transformadora ebulição intelectual de uma época. No início do século XX o Brasil vive em plena República, mas politicamente, economicamente e socialmente com a mentalidade do Império. A dominação dos mineiros e paulistas na política representava a posse dos mais altos cargos do país e a predominância de uma elite agrária. Socialmente vivia-se em um caldeirão de libertos, trabalhadores do campo, trabalhadores das indústrias, homens letrados, imigrantes e um grande contingente de analfabetos. Na economia passava-se por um surto industrial ao mesmo tempo em que predominava a produção cafeeira (PATTO, 1999). Com o surto industrial fez-se notar a grande deficiência educacional na qual se encontravam os brasileiros. A necessidade de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho em expansão e a apropriação do pensamento positivista sacudiram o Governo e fizeram com que várias estratégias fossem elaboradas para pôr fim às deficiências do país. Imbuído do lema positivista Ordem e Progresso o Governo instrumentalizou transformações que foram da urbanização – com a construção de ruas, calçamentos, delineamentos arquitetônicos – passando pelo sanitismo, com o intuito de preservar e conservar a saúde – até a educação cujo objetivo era alfabetizar e capacitar para o trabalho o maior número possível de brasileiros (PONTE, 1999). Nas entrelinhas desse movimento progressista encontrava-se a ideia de ultrapassar o regime monárquico. Sendo assim, o governo republicano empenhou-se para que as mudanças executadas fossem grandiosas e usou para atingir seus fins de todos os meios que estavam ao seu alcance desde a força bruta até a inculcação de novos valores, transformando, dessa forma, o pensamento, posto que haveria de se pensar de forma científica. Dentre os meios utilizados para a consecução de seus objetivos estava a educação servindo, desta feita, para que o Brasil alcançasse a modernidade tão propalada pelos que vinham da Europa. Com uma população analfabeta, sem qualquer acesso à instrução, urgia utilizar um modelo pedagógico que conseguisse dar conta da formação e da marginalização social. Nesse sentido houve uma primeira grande transformação nos currículos escolares acrescentando as disciplinas que atendia ao cientificismo vigente. Entre 1890 e 1925, cinco projetos de reforma educacional foram postos em prática: a Reforma Benjamin Constant (1890/1891), a Reforma Epiácio Pessoa (1901), a Reforma Rivadavia Corrêa (1911), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma João Luiz Alves (1925) (VIEIRA, 2009). Para tentar resolver o problema da instrução, a pedagogia se ampara na psicologia, na sociologia, na antropologia, na linguística e na economia. Ressalta-se no panorama educacional as renovações didáticas do historiador.

Segundo Arlete Gasparello (2002), João Ribeiro fez duas novas abordagens: a primeira quando apresentou os

principais temas da unidade através de uma “sinopse geral” e a segunda, de maior relevância, em relação ao plano geral da obra quando agrupou os assuntos por unidades libertando, desse modo, de acordo com Freitas (2003), os temas da cronologia rigorosa o que por sua vez possibilitou a produção de um novo sentido (ou um sentido) para os dados históricos. Estas inovações e renovações se devem, em princípio, ao fato de João Ribeiro escrever para crianças o que fez com que o historiador transpusesse a sua proposta de escrita especulativa e cientificista para executar um trabalho direcionado à organização da experiência brasileira. Assim, para Freitas (2010) o historiador vinculou a modalidade historiográfica à clientela.

Seguindo as mesmas orientações, Sílvia Carolina Andrade Santos (2011) ao defender a dissertação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Sergipe afirmou que após entrar em contato com o movimento Kulturgeschichte, ocorrido na Alemanha entre os anos de 1800 e 1950, João Ribeiro debruçou-se sobre o estudo dos processos de ensino de história resultando no desenvolvimento de um método no qual “[...] a disciplina histórica passou a ser entendida como processo de desenvolvimento social que abrange todas as formas de expressão cultural” (SANTOS, 2011, p.5). Dessa forma, o historiador sergipano realizou uma modificação no ponto de vista sobre a escrita da história deixando “[...] de considerar os acontecimentos políticos e administrativos como aspectos principais [para valorizar] todas as formas da cultura” (SANTOS, 2011, p.5). Ainda nesse sentido, Rogério Rosa Rodrigues (2011) ressalta a importância de João Ribeiro e a influência da produção alemã – filosófica e historiográfica – na construção de suas obras, concluindo que em “[...] um confronto das atuações profissionais de Ribeiro com a dos historiadores alemães do oitocentos poderá apontar características comuns, como a atenção dada a narrativa, a inserção da filologia e o folclore e a preocupação com a construção de uma identidade nacional” (RODRIGUES, 2011, pp.3-4). A influência alemã na intelectualidade brasileira pode ser explicada pela busca de esclarecimentos fundamentados sobre a natureza da constituição do Estado nacional brasileiro, pela vinda de cientistas alemães durante todo o período do oitocentos e pela imigração alemã (NASCIMENTO, 1999). Foi neste contexto político-social-econômico de mudanças e efervescência cultural que João Ribeiro produziu uma historiografia didática renovada. É com esse viés que sua obra é pesquisada. Nenhum autor, até onde busquei, ocupou-se de uma possível relação entre filosofia, história, filosofia da história e teoria da história nas obras produzidas por ele.

1 FILOSOFIA E HISTÓRIA: ESPECIFICIDADES DE CAMPOS DO SABER

As definições acerca da Filosofia da História proliferam em torno de conceitos como crítica, especulação e reflexão entrelaçados com a história na condição de ciência – ou no contexto do início do século XIX, como construção de uma disciplina com metodologia específica, com cientificidade. Nesse entrelaçamento muito se confunde ou se funde a Filosofia à História e à Teoria da História originando para o estudo filosófico sobre a história a denominação Filosofia Especulativa da História restando ainda fazer uma diferenciação entre esta e a Filosofia Crítica. Assim, temos que:

A Filosofia Especulativa busca descobrir na história o curso de acontecimentos, um padrão ou significado que se situa para além da esfera do historiador comum. A Filosofia Crítica empenha-se em tornar clara a natureza da própria investigação do historiador, de modo a ‘situá-la’, por assim dizer, no mapa do conhecimento. (DRAY, 1969, p.9)

Desembaraçando os fios da teia pauta-se este estudo primeiramente na separação dos conceitos. Assim, o que é Filosofia, o que vem a ser Teoria da História e finalmente o que se entende como Filosofia da História há de ser de pronto esclarecido. Para elucidar os pontos postos toma-se as afirmações de Anna Gicelle Garcia Alaniz (2013) que entende a Filosofia como a ciência que vai investigar, perquirir, a existência, o mundo e, a partir da constituição dos campos científicos dos diversos saberes da ciência (Física, História, Sociologia, Antropologia, etc.), vai se tornar o instrumento para o exame a respeito de suas essências. Enquanto a Teoria da História cria os pressupostos para que o historiador desempenhe o seu ofício, a filosofia fará uma análise e uma crítica sobre os mesmos buscando compreender a que se destinam esses pressupostos, quais os interesses dessa teoria, constituindo dessa forma a Filosofia da História cuja finalidade se revestirá em indagar qual é a natureza, qual é a função do estudo histórico, para que serve a história. Logo, a Filosofia da História buscará a característica mais relevante da formação do corpo disciplinar da história perguntando para tanto qual é a causalidade e a intencionalidade por trás da teoria. Coadunado com esse pensamento, Rosano Pecoraro (2009, p.7), diz que “O elemento essencial e constituinte da ‘filosofia da história’ – em seu diferenciar [...] da análise ou da narração metódica de fatos e ações humanos etc. – é a questão de sentido, da finalidade (télós) da história”. Nessa perspectiva ao olhar para período anterior ao Iluminismo constata-se que a história não era considerada uma ciência e uma de suas conjecturas era o estatuto da Providência Divina segundo o qual os homens eram apenas cumpridores dos desígnios dos deuses excluindo qualquer traço de cientificidade. Com a instituição da racionalidade pelo Iluminismo o pensamento religioso não mais servia como pressuposto para explicar o mundo. Com a exclusão do estatuto providencial os pensadores da época (XVIII/XIX) debruçaram-se sobre a história sob um ponto de vista filosófico de pretensões científicas (ALANIZ, 2013). No entanto,

O termo ‘filosofia da história’ foi aplicado, algo indiscriminadamente, a todos os planos especulativos [...]. O que os

projectos [sic] habitualmente designados por 'filosofias da história' têm muitas vezes de comum é o propósito de oferecer uma exposição completa do processo histórico de forma a poder ver-se que 'faz sentido'. Todavia, a noção de 'dar sentido' ao passado é, ela própria, obscura e susceptível de uma série de interpretações diferentes. (GARDINER, 2004, p.7)

Em consonância com Gardiner, identificam-se as mais variadas filosofias especulativas na definição que, segundo Sevilla (1992) lhe atribui Ferrater Mora, a Filosofia Especulativa da História dedica-se a interpretar globalmente a história como história universal. Porém, ao pesquisar diversas filosofias surgidas no final do oitocentos e início do dezenove verifica-se que é possível tipificá-las entre duas das principais correntes de pensamento originadas nestes períodos: o Historicismo e o Positivismo. E, aprofundando a questão estabelece-se suas bases na:

[...]dicotomia objetividade/subjetividade no que se refere à possibilidade ou não de a História chegar a leis gerais validas para todas as sociedades humanas; o padrão metodológico mais adequado à história (de acordo com o modelo das Ciências Naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do historiador face ao conhecimento que produz (neutro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social)" (BARROS, 2010, p.76)

Dentro desse campo especulativo iremos encontrar as filosofias da história de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1771-1831), Karl Heinrich Marx (1818-1883), Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857), Henry Thomas Buckle (1821-1862) e Hebert Spencer (1821-1903).

Para Marx e Hegel a história é um processo impessoal. O indivíduo histórico é tanto para ele como para Hegel apenas o expoente de forças históricas; ele não faz a história, ele a executa. Para Hegel, a força que move a história é a dinâmica das Ideias; para Marx, é a dinâmica do desenvolvimento econômico que dialeticamente dá origem a uma série de classes que lutam pela posse do Estado (HEGEL, 2001, p.22).

Auguste Comte, por sua vez, "[...] associou uma teoria progressista da história a um interesse prático pelos problemas de organização social e política, e acalentou o ideal de aplicar o método científico ao estudo da sociedade de uma maneira ainda mais radical e incondicional [...]" (GARDINER, 2004, p.88). Comte coloca assim, a ciência como instrumento metodológico para dirimir os problemas da humanidade exigindo que no decorrer de suas investigações o cientista social seja rigorosamente neutro.

Nessa vertente comtiana encontram-se Buckle e Spencer. Thomas Buckle direciona o emprego da metodologia científica na seara da investigação indutiva em busca "[...] de uniformidades causais [que pudessem estabelecer] a vida e a evolução sociais" (GARDINER, 2004, p.131). As uniformidades causais determinariam as leis do desenvolvimento histórico. Para o pesquisador inglês as leis existiam tanto na natureza quanto no organismo humano e assim como o homem interferia na natureza, a natureza – o meio – influenciaria no desenvolvimento do intelecto humano. Já Spencer, assume, em sua especulação, a teoria da evolução do inglês Charles Darwin aplicando a lei do mais forte às estruturas sociais. Spencer acreditava que a evolução seria um princípio universal.

Ao adotar o conceito de Teoria da História tomada aqui como uma construção de pressupostos para o ofício do historiador tendo como base a investigação das questões materiais e ideais da existência humana e por Filosofia a investigação a respeito da existência, do conhecimento, da verdade, dos valores morais e estéticos, da mente e da linguagem este estudo percorreu um caminho analítico que sintetizado apontou para o conceito compreensivo da Filosofia Especulativa. Esse entendimento levou a conclusão de que a Filosofia da História, trata, por sua vez, da reflexão crítica da extensão espaço-temporal da existência humana nos campos social, político e cultural facilmente identificadas nas filosofias especulativas do final do oitocentos e início do dezenove.

Essas conclusões permitem tecer um questionamento: ao se considerar a filosofia da história como ciência dos fatos sociais em conformidade com leis e códigos gerais, é possível produzir um livro de história universal sem lançar mão da especulação sobre a trajetória e função da experiência humana? Em caso positivo, João Ribeiro demonstrou, não somente coerência, mas também inovação. Em caso negativo, João Ribeiro se contradiz. Essa dúvida, contudo, somente será sanada a seguir.

2 JOÃO RIBEIRO, A HISTÓRIA, A FILOSOFIA DA HISTÓRIA E HEGEL

Em trabalhos pioneiros sobre a historiografia didática que tinham por objeto as histórias universais Itamar Freitas (2006a; 2006b) apresentou, dentre outras, três hipóteses para a atribuição de sentido para a experiência da espécie em uso nos livros didáticos brasileiros: o providencialismo, nas teorias do progresso encarnadas na ideia de processo civilizatório difundido por Voltaire, a evolução do conceito de Georg Wilhelm Friedrich Hegel e os modos de produção de Karl Marx. Tais formulações forneceriam, nessa ordem e com algumas mesclas (providencialismo e processo civilizacional voltairiano) – como na escrita da história de Jonathas Serrano nas duas primeiras décadas do século XX (Freitas, 2010) – as diretrizes didáticas no Brasil. Como então se situaria João Ribeiro nessa possível periodização das filosofias da história aplicadas às histórias universais de corte didático no Brasil? Em um breve esquadrihar em busca

de dissertações e/ou teses acadêmicas constata-se que do ano de 2006 aos dias atuais a pesquisa histórico-filosófica pouco avançou nesse sentido. Contudo, intenciona-se que a proposta desta dissertação ao investigar o autor de livros didáticos, o sergipano João Ribeiro, possa contribuir para o preenchimento de algumas lacunas. Assim, ao analisar as edições de 1918, 1924 e 1932 da obra "*Historia universal*" do referido autor e as comparar com a obra "*Filosofia da História*" (1999) de Hegel encontrou-se similitudes e discordâncias em pontos cruciais para o entendimento e elucidação dos questionamentos até então lançados. Esses resultados somente foram possíveis mediante o exame de algumas fontes empregadas por João Ribeiro, a análise das formas de periodização e o sentido atribuído a determinados acontecimentos.

3 EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS UNIVERSAIS EM CONFRONTO

Nas três edições da "*Historia universal*", João Ribeiro empregou a mesma sequência periódica com início nas civilizações orientais e finalização no acontecimento histórico mais recente, mais próximo ao seu tempo. Existe entre elas a linha periódica em comum, mas nota-se uma mudança no estilo narrativo e nos escritos tipográficos diferenciados que a partir da edição de 1924 ampliam-se. Na edição de 1918, João Ribeiro deixou clara a sua posição sobre a especulação histórica colocando de plano, em sua "Advertência", que "Preferimos a narrativa dos factos e dos acontecimentos em que se pôde fundar qualquer philosophia ou theoria da história. Evitamos minucias e individuações sem importancia, e, por igual não abusamos de datas e de nomes pouco significativos" (RIBEIRO, 1918, p.1). A "Advertência" encontra-se nas três edições com igual teor, porém na edição de 1924 (4ª), o historiador nos diz que "Foi aproveitado o texto da edição anterior com algumas correções, sendo, porém, acrescido de **novos desenvolvimentos** mormente na parte das edades média, moderna e contemporânea" (RIBEIRO, 1924, p.11. Negrito nosso), o que corrobora com a afirmativa supracitada e a análise empreendida. Dessa forma, pode-se dizer que o compêndio didático elaborado por João Ribeiro tinha, em seu início, a finalidade de transmitir ao seu público-alvo (os estudantes do Collegio Pedro II) os fatos e acontecimentos históricos universais ocorridos até então. Entretanto, às reedições são acrescentadas novas narrativas e novos desenvolvimentos, as obras passam a trilhar, também, outros caminhos. A "*Filosofia da História*" (1999) de Hegel tem por objeto "[...] a filosofia da história universal. Não é [...] propósito [dele] extrair da história reflexões gerais, ilustrando-as por meio de exemplos tomados no curso dos acontecimentos, mas apresentar o próprio conteúdo da história universal" (HEGEL, 1999, p.11). Para narrar tal conteúdo a periodização hegeliana tem seu início nas civilizações orientais e sua finalização no acontecimento mais próximo de seu tempo – a Revolução Francesa. O que Hegel se averigua na obra é a narrativa dos acontecimentos e fatos ocorridos na história universal relacionando-os a evolução do espírito no decorrer da civilização.

Em ambos os autores a periodização se dá do oriente para o ocidente. Ambos comungam da ideia de que a história universal dos povos se inicia no oriente e caminha para o ocidente. Ambos começam suas narrativas histórico-universais com o mundo oriental. João Ribeiro elenca egípcios, assírios, babilônios, fenícios, hindus, hebreus e persas em sua edição de 1918 e acrescenta a esses os chineses em suas edições de 1924 e 1932. Hegel começa no oriente com a China e a Índia, a Pérsia com os assírios, babilônios, medos e persas, a Judéia (os judeus) e os egípcios. Quando fazem alusão ao povo hebreu João Ribeiro e Hegel adotam a periodização histórica atribuída aquele povo com a delimitação em período patriarcal, judicatura e realeza e mantém a conformidade no conteúdo explanado.

Ainda na trilha do mundo oriental os autores versam sobre os hindus e os chineses em momentos distintos de suas narrativas. Hegel os coloca no início de seu relato histórico-universal e João Ribeiro os coloca didaticamente após a explanação sobre os hebreus, no entanto os dois autores possuem a mesma concepção sobre a importância desses povos no contexto histórico-mundial. O historiador brasileiro somente se reporta a China nas edições de 1924 e 1932. Semelhante posição adota o filósofo afirmando "China e Índia estão como que fora da história universal como pressuposto dos momentos cuja integração se tornará o seu progresso vital" (HEGEL, 1999, p.105).

Analogicamente temos que para o filósofo alemão "A Índia tem relacionamentos históricos universais em muitos aspectos. [Descobrimos-se], recentemente, que o sânscrito serviu de base para os desenvolvimentos posteriores das línguas europeias como, por exemplo, o grego, o latim e o alemão" (HEGEL, 1999, p.125).

Na passagem pelo mundo oriental os autores discorrem sobre o povo medo-persa, mais precisamente a formação do Império Persa. Para o historiador brasileiro "Os persas ou iranianos são os primeiros arianos que representam um papel glorioso na historia antiga" (RIBEIRO, 1918, p.14; 1924, p.29; 1932, p.37).

No decorrer da explanação sobre a Grécia as obras referidas relatam as Guerras Pérsicas (RIBEIRO, 1918, pp.31-36; 1924, pp.111-124; 1932, pp.65-71; HEGEL, 1999, pp.215-216), a Guerra do Peloponeso, a hegemonia de Atenas, Esparta e Tebas, o domínio persa e a decadência grega (RIBEIRO, 1918, pp. 37-47; 1924, pp.55-78; 1932, pp.73-86; HEGEL, 1999, pp.225-233) de forma aproximada mantendo entre si correlações narrativas de periodização e conteúdo.

Ao iniciar a narrativa sobre o mundo ocidental o historiador brasileiro e o filósofo alemão utilizaram orientações similares a respeito dessa transição. Utiliza-se o brasileiro do seguinte trecho: "Depois de estudada a civilização mediterrânea no

orientado com a história da Grécia, começamos a estudá-la no ocidente com o povo predestinado a concentrar todo o interesse histórico, o povo romano” (RIBEIRO, 1924, p.91; 1932, p.103). Para o alemão “[...] o império romano [é], o áspero labor da ‘idade viril’ da história” (HEGEL, 1999, p.96).

É com o império persa que realmente entramos no contexto histórico. O povo persa é o primeiro povo histórico. A Pérsia foi o primeiro império que desapareceu [...]. O princípio do desenvolvimento começa com a história da Pérsia, e é por isso que essa história marca o verdadeiro início da história universal. (HEGEL, 1999, p.149)

Terminando a trajetória histórico-universal do mundo oriental os autores nos apresentam a Grécia e, em suas narrativas históricas encontra-se periodização e conteúdos semelhantes versando sobre a origem, instituição e decadência do mundo grego. Desse modo, conclui-se que para os escritores a constituição do mundo romano é relevante para desenvolvimento histórico-mundial. Na análise e comparação das obras em estudo observa-se nesse período ocorrência de igual aproximação entre as periodizações e o teor relatado acerca dos fatos e acontecimentos históricos. Iniciando pela origem e composição de Roma temos que para João Ribeiro e Hegel ela procederam de forma similar.

Procedendo o relato proposto por ambos e dentro da linha periódica adotada, os autores historicam a formação germânica. Não obstante o povo germano ser no entendimento de Hegel a constituição dos povos modernos a explanação realizada pelo filósofo alemão em relação a suas origens e formação é sucinta, nesse momento da obra a especulação histórica que perpassa os escritos históricos hegelianos até então, é exposta de forma contundente na relação trazida pelo elemento do mundo germânico cristão com o marco na coroação de Carlos Magno como imperador romano e protetor natural da Igreja (HEGEL, 1999, pp. 295-305). Nota-se na narrativa do historiador brasileiro uma maior atenção aos acontecimentos históricos relacionados a formação germânica (RIBEIRO, 1918, pp.129-145; 1924, pp.176-193; 1932, pp.195-213), mas com a conclusão da influência cristã nessa constituição histórica.

Prosseguindo o relato histórico-mundial adentra-se no Feudalismo, nas Cruzadas, na Reforma, no Iluminismo e na Revolução Francesa de onde colocamos a delimitação final dessa investigação por ser essa a delimitação temporal final da obra hegeliana. Esses acontecimentos foram tratados na obra hegeliana de forma coesa no período da Idade Média (HEGEL, 1999, pp.302-366) e mais amplamente colocadas na obra de João Ribeiro (RIBEIRO, 1918, pp.150-305; 1924, pp.197-305; 1932, pp.207-406).

CONCLUSÃO

Chegou-se à conclusão que o historiador brasileiro possui, em todas as edições – mais acentuadamente nas edições de 1924 e 1932 –, traços de semelhanças na periodização e no conteúdo da história universal com a obra do filósofo alemão Hegel. Concluiu-se também, apesar de não explicitamente posto, pela existência de uma sutil especulação filosófica acerca da história universal a qual João Ribeiro permite deduzir pela forma de escrita de suas obras bem como dos acréscimos realizados nas edições de 1924 e 1932, na utilização do mesmo sentido histórico Oeste-Leste adotado por Hegel e nas correções e novos desenvolvimentos narrativos nos quais sub-repticiamente encontra-se um sentido de desenvolvimento, de evolução dos povos. João Ribeiro ao escrever a obra didática sobre a história universal em sua primeira edição (1918) explicita claramente a intenção de se ater a narrativa dos fatos e acontecimentos, entretanto no decorrer das reedições de 1924 e 1932 desenvolveu pequenas alterações na forma de redigir, incorporando à sua escrita uma maior fluidez proporcionando desse modo uma continuidade entre um fato e outro. Logo, pode-se dizer que o historiador brasileiro passou a utilizar um sentido especulativo sobre o processo civilizatório, e uma vez adentrado o campo da filosofia especulativa da história empregou a abstração e com isso iniciou a formação de uma filosofia brasileira sem que necessariamente abordasse questões nacionais. Se o emprego de teor especulativo se deu de forma intencional ou foi uma mera apropriação da leitura de novas fontes só outra pesquisa poderá responder.

REFERÊNCIAS

- ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. Filosofia da História. Cantinho da História 66, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N9-XaSN0xkc>>. Acesso em: 01/11/2014
- BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.1, n.2, maio/ago. 2010, p.73-102.
- DRAY, William H. Filosofia da História. Tradução Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegemberg. Rio de Janeiro:

Zahar Editores, 1969.

FREITAS, Itamar. Erudição histórica e historiografia didática na primeira República: a iniciativa de João Ribeiro. Palestra proferida no VII Encontro Nacional de História e Cultura. Aracaju, Universidade Tiradentes, 03 dez. 2010. <<http://itamarfo.blogspot.com/2010/12/erudicao-historica-e-historiografia.html>>. Acesso em: 29/11/2014.

_____. A pedagogia da história de Jonathas Serrano para o ensino secundário brasileiro 91913/1935). 2006. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade de São Pulo, São Paulo.

_____. Histórias do Ensino de História no Brasil. V. 1. Editora: Fundação Oviêdo Teixeira, Aracaju/SE, 2006.

_____. João Ribeiro e o ofício de historiador: seus leitores, suas prescrições. ANPUH – XXII, Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

GARDINER, Patrick. Teorias da História. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838/1920). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HANSEN, Patrícia. Feições e fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HEGEL, Gerg Wilhelm Friedrich. A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história. Tradução Beatriz Sidon. São Paulo: Centauro, 2001.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. Estud. av. vol. 13, nº35, São Paulo, Jan/Apr 1999.

PECORARO, Rosano. Filosofia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

PONTE, Carlos Fidelis. Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

RIBEIRO, João. A filosofia no Brasil. Revista do Brasil, nº 22, ano II, vol. VI, 1917.

_____. A ciência da História. In: História universal: lições escritas de conformidade com o programa de 1918 do Colégio Pedro II. 2 ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 919. pp. 337-355. [Trecho citado - p. 355]. Cf. RIBEIRO, João. A ciência da História. In: História Antiga (Oriente e Grécia). Rio de Janeiro, s. n., 1894. pp. 1-26.

_____. História Universal: lições escriptas em conformidade com o programma de 1918 do Collegio Pedro II. 2º edição. RJ, Jacinto Ribeiro dos Santos 82, 1929.

_____. História Universal: lições escriptas em conformidade com o programma do Collégio Pedro II. 4º edição. RJ, Jacinto Ribeiro dos Santos 82, 1924.

_____. História Universal: lições escriptas em conformidade com o último programma do Collégio Pedro II. 7º edição. RJ, Livraria Jacinto Editora, 1932.

RODRIGUES, Rogério Rosa. João Ribeiro e a historiografia brasileira: percursos e perspectivas. Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011. (ISBN: 978-85288-0275-7). Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2011/paper/viewFile/955/366>> Acesso em: 09/12/2014.

SANTOS, Sílvia Carolina Andrade Santos. A escrita histórica para crianças: a experiência de João Ribeiro (1900-1912). Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2011.

SEVILLA, José M. universal. Cuadernos sobre Vico 2, 1992. Disponível em: <<http://www.Institucional.us.es/revistas/vico/vol.2/12.pdf>> Acesso em: 01/11/2014.

VIEIRA, Sofia Lerche. Reformas educativas no Brasil: uma aproximação histórica. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/lasminCosta/reformas-educativas-no-brasil-uma-aproximaohistorica>. Acesso em: 02/01/2015.

[1] Bacharelado em Direito pela Universidade Tiradentes/UNIT/SE, Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe/UFS, mestranda em Educação pelo PPGED/UFS, professora do ensino básico da rede estadual em Sergipe. E-mail: gleidealcantara@hotmail.com

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 19/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: